

Introdução dos Editores

RICHARD JOLLY
GIOVANNI ANDREA CORNIA (*)

A economia mundial está em recessão — a mais profunda, a mais persistente e a mais ampla desde a década de 30. Nos países industrializados são poucos os sinais de recuperação, mas a maioria dos economistas prevê que as taxas de crescimento e os níveis de atividade econômica, durante o restante dos anos 80, continuarão substancialmente inferiores àqueles observados nos anos 60.

De acordo com o *Estudo da Economia Mundial*, datado de 1983⁽¹⁾, a recuperação está "atormentada por incertezas" e "as perspectivas para a maioria dos países em desenvolvimento são desanimadoras"

Os autores pertencem ao UNICEF, N.Y. Tradução de William Wright.

(*) As opiniões expressas neste artigo são dos autores e não necessariamente do UNICEF.

Nota da redação: Esta introdução refere-se à edição da *World Development*, 12 (3): March 84.

(1) United Nations, 1983 World Economic Survey (1983), p. 5 and 8.

Todos os estudos a respeito da recessão mundial concentraram-se nos seus aspectos econômicos. A análise tem focalizado a inflação e as taxas de juros, dívidas e balanços comerciais negativos, desemprego e rendas decrescentes.

Poucos investigaram as conseqüências humanas, e mesmo assim só superficialmente⁽²⁾. Nenhuma pesquisa internacio-

(2) Entre os poucos deverão ser anotados: o Centro das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social e Assuntos Humanitários e Setor de Integração e Bem-Estar, *The Social Impact of Economic Recession on Specific Population Groups during the 1970s and early 1980s* (1983, mimeo); e o Departamento das Nações Unidas de Assuntos Internacionais, Econômicos e Sociais, *1982 Report on the World Social Situation* (1982). *The World Development Report 1980* do Banco Mundial deve também ser mencionado por seu enfoque útil sobre "Pobreza e Desenvolvimento Humano", embora este tenha se ocupado essencialmente com questões e políticas de desenvolvimento humano em geral, não especificamente com aqueles relacionados com a recessão.

nal analisou o impacto da recessão sobre a parcela mais vulnerável da população mundial — as crianças.

Portanto, a necessidade de identificar-se claramente a relação entre as condições econômicas mundiais e o bem-estar das crianças tem se tornado ainda mais urgente nestes últimos anos. A atual miséria das crianças, em escala mundial, torna artificial a restrição da análise das causas ao âmbito nacional, em decorrência da amplitude e duração da recessão mundial e do retrocesso econômico.

Tipicamente, a relação entre o bem-estar dessas crianças e as condições econômicas mundiais não tem recebido a atenção devida, mesmo daqueles profissionais (médicos, assistentes sociais, professores etc.) intimamente ligados à sobrevivência e bem-estar dos menores. Muitas vezes, os problemas das crianças são abordados sob prismas estreitos, que ignoram as causas mais profundas destas condições insatisfatórias, que abordam sintomas e causas individuais ao invés das sociais. Isto frequentemente dá origem a análises de programas e atitudes inadequadas. Mesmo quando se dá ênfase às causas sociais, se o faz tipicamente em termos de condições políticas, econômicas e sociais de âmbito nacional e raramente internacional. Embora esse desinteresse no plano internacional possa ser justificado em países industrializados, com seus níveis maiores de renda, não é justificável em países com recursos muito mais limitados e onde o impacto da recessão mundial sobre esses mesmos re-

ursos pode ser proporcionalmente muito maior.

Um estudo internacional que incorpore tal análise é importante como uma orientação para a política a ser adotada. Crianças são a geração do futuro e a disposição de recursos adequados para sua saúde, instrução e bem-estar é importante na determinação do futuro de cada país. Até que ponto esta disponibilidade de recursos adequados foi afetada pela recessão? Só raramente experiências de países ou regiões diferentes foram comparadas, com a finalidade de medir o impacto da recessão ou para verificar de que maneira suas consequências poderiam ser evitadas ou contrabalanceadas através de medidas nacionais ou internacionais apropriadas.

1. Antecedentes para este Estudo

Foi esta falta de informação e discussão do problema que fez com que o UNICEF em 1982 iniciasse um estudo a respeito do impacto da recessão mundial sobre as crianças. Os problemas e as dificuldades metodológicos foram inicialmente explorados em uma pesquisa e, subseqüentemente, em um ensaio preparado por Dudley Seers e seus colegas do Instituto para Estudos em Desenvolvimento, da Universidade de Sussex, Inglaterra. Estes salientaram muitas das complexidades na determinação das associações entre mudanças econômicas mundiais e os impactos sobre crianças em países específicos. Três associações de grande expressão foram identificadas como sendo capazes de dominar tais relacionamentos:

- o impacto sobre rendas domiciliares, causado por mudanças em empregos, salários e preços;
- o impacto sobre rendas rurais, causado por mudanças na rentabilidade agrícola e nos preços ao consumidor;

(3) A equipe foi constituída por Eduardo Bustelo, Andrea Cornia, Jim Himes, Richard Jolly, Carlos Massad, Professor K.N. Raj, Professor H.W. Singer, Dr. Giorgio Solimano, Josehine Rajasagera, Maria Sarasola e Eileen O'Connor, ajudaram na datilografia, Salim Lone na edição, e Rachelle Hertenberg ambos como assistentes de pesquisa e editoração.

TABELA 1
ESTUDO EM VÁRIOS PAÍSES RELACIONANDO NÍVEIS DE RENDA,
DEPENDÊNCIA DO COMÉRCIO E FINANÇAS NO EXTERIOR E TAXAS
DE MORTALIDADE INFANTIL

		Alta dependência do comércio e finanças no exterior		Baixa dependência do comércio e finanças no exterior	
		Alta taxa de mortalidade infantil	Baixa taxa de mortalidade infantil	Alta taxa de mortalidade infantil	Baixa taxa de mortalidade infantil
Alta renda			Itália		E.U.A.
Renda média	Brasil		Chile		
	Nigéria		Coréia do Sul		
			Cuba		
Baixa renda	Zâmbia		Sri Lanka	Índia	
	Tanzânia				

- o impacto sobre gastos governamentais, especialmente em serviços sociais.

A discussão a respeito da metodologia também evidenciou a grande dificuldade para diferenciar os efeitos da recessão econômica mundial das influências de outras mudanças econômicas que estavam ocorrendo ao mesmo tempo. Por este motivo, decidiu-se fixar como plano do estudo "o impacto, sobre as crianças, das principais mudanças econômicas desde 1970, com ênfase particular no período iniciado em 1978."

Estimativas do PIB e da renda *per capita* são disponíveis rotineiramente para a maioria das economias mundiais. Entretanto, devido à falta de uma comparável atenção estatística para com as dimensões humanas do desenvolvimento, existem ainda grandes áreas do mundo para as quais não existem informações confiáveis a respeito dos níveis de mortalidade, morbidez, nutrição e bem-estar infantis, e muito menos estatísticas atualizadas a respeito de mudanças nestes níveis em anos recentes.

Em conseqüência, qualquer estudo do impacto de uma recessão mundial sobre as crianças é compelido a abordar o assunto de uma maneira parcial e impressionista. A abordagem adotada pelo UNICEF foi encomendar estudos em alguns países, numa tentativa de agregar os dados para obter um quadro de como a recessão afetou as crianças em várias áreas do mundo.

Doze países foram selecionados, para fornecer uma ampla distribuição geográfica e para representar diversas situações sócio-econômicas, levando em consideração para cada país sua renda *per capita*, sua dependência comercial e financeira em relação à economia mundial e sua taxa de mortalidade infantil. O fator final determinante foi a disponibilidade de dados.

Os países escolhidos incluíram um menos desenvolvido (Tanzânia), dois países com baixa renda, porém diferentes em outros aspectos (Sri Lanka, pequeno e dependente do comércio exterior, e Índia, muito grande e auto-suficiente, com um setor industrial de importância); uma economia com uma renda média dependente da exportação, de minérios (Zâmbia), um exportador de petróleo (Nigéria) e dois de

“economia recentemente industrializada” em melhores condições (Brasil e Coréia do Sul). Três países da América Latina com rendas médias foram incluídos, por dispor de dados recentes e confiáveis, e com estratégias econômicas altamente contrastantes na última década: Chile, com uma estratégia monetarista e de mercado livre; Costa Rica com sua política mais pragmática e do tipo “welfare state” e Cuba, que segue o caminho do desenvolvimento socialista. Estudos sobre os Estados Unidos e Itália também foram encomendados para investigar as conseqüências da recessão sobre grandes países industrializados.

Versões resumidas de nove dos casos estudados (abrangendo 11 países) estão incluídas nesta coleção. Um estudo adicional, feito por Mahar Mangahas, das Filipinas, utilizou evidências provenientes de uma pesquisa baseada em suas percepções subjetivas das alterações nos padrões de vida entre 1981 e 1982. Apesar de apresentar novidades e de ser de interesse, este estudo não apresentou evidências comparáveis aos outros e, portanto, não foi incluído nesta coleção. Um relatório, tipo quadro de fundo, a respeito do impacto das políticas de ajustamento, também foi preparado por Kaluan Vaidya.

Além destes casos estudados, o levantamento utilizou diversos relatórios econômicos de fonte internacional e três ILO/JASPA estudos das necessidades básicas na África: Tanzânia: *Necessidades Básicas em Perigo* (1982), (Tanzania: *Basic Needs in Danger*); Zâmbia: *Necessidades Básicas em uma Economia sob Pressão* (1981) (Zambia: *Basic Needs in an Economy under Pressure*); Nigéria: *Prioridades Básicas* (1981) (Nigeria: *First Things First*).

Os estudos de caso e a matéria de fundo foram analisados por uma equipe do UNICEF em junho e julho de 1983 e utilizados na preparação de um estudo consolidado, *O Impacto da Recessão Mundial sobre as Crianças*, publicado como a Segunda Parte do Relatório de 1984

do UNICEF: *A Situação das Crianças no Mundo*. Este capítulo de introdução e o artigo de Cornia, fornecendo um panorama do impacto, repetem, em boa parte, os assuntos tratados no estudo consolidado. Com estas duas exceções, a matéria aqui apresentada é original.

2. O Impacto Diferenciado

Conforme documentado no relatório e nos “estudos de casos” a carga de recessão não foi distribuída uniformemente nem mesmo entre os países em desenvolvimento. Vem aumentando a diferenciação entre as maneiras de reagir dos países, regiões e grupos sociais afetados. Aparentemente a África tem sido a mais afetada, enquanto países no Este e Sudeste da Ásia sobreviveram aos piores efeitos com menor dificuldade. Em escala considerável esta diferenciação resultou das estratégias escolhidas pelos países para enfrentar as crises, que, por sua vez, determinaram seu ajustamento aos setores sociais. Estes reajustamentos variam, às vezes, substancialmente, de um país para outro. Muitos países reduziram seus gastos nos serviços sociais; alguns concentraram seus poucos recursos numa área específica de bem-estar social, ao custo, em parte, de outras áreas, como aconteceu no Chile; e alguns, notavelmente a Coréia do Sul e Cuba, dentro do grupo de países estudados neste relatório, responderam com uma aceleração no desenvolvimento de programas de serviços sociais.

Apesar disso, evidências provenientes de diversos lugares do mundo sugerem que, na maioria dos países, significativas parcelas da população infantil estão sofrendo, sendo uma das causas disto a recente recessão econômica. Por exemplo, dados provenientes das regiões mais pobres do norte da Zâmbia indicam uma redução na “altura por idade” em todas as quatro categorias de idade; na América Latina, o número de crianças tratadas por má nutrição na Costa Rica, dobrou entre

1981 e 1982; ao mesmo tempo, no Estado de São Paulo, Brasil, há uma redução no peso ao nascer, bem como um incremento significativo no número de crianças abandonadas por seus pais, por causa da pobreza. Mesmo nos Estados Unidos, as taxas de mortalidade infantil aumentaram em 35 cidades e, em alguns estados, em regiões mais castigadas pela recessão.

Felizmente a gravidade deste quadro acima descrito, pelo menos até a data de hoje, tem sido moderada por contínuas melhorias em algumas poucas áreas de bem-estar infantil. Aparentemente o índice das matrículas escolares continua subindo, enquanto os gastos por aluno e a qualidade da instrução parecem estar em declínio. Em alguns países a taxa de atendimento em clínicas e hospitais foi mantida, e, às vezes, ampliada. Na maioria dos países de renda média que foram analisados neste estudo, o declínio da mortalidade infantil, gradual e a longo prazo, conforme expresso em médias nacionais, aparentemente continua, pelo menos até 1982, apesar de usualmente a taxas reduzidas.

Esses pontos de esperança não podem ser exagerados, e de qualquer maneira, têm de ser ponderados por três importantes considerações. A primeira delas é que existe uma falta de informação, quase total, a respeito das condições das crianças nos países mais pobres, especialmente África. Com isso, passa a ser impossível documentar a ampla deterioração na situação da nutrição e saúde, e, possivelmente, no incremento da mortalidade infantil, que muitos relatórios verbais e evidências fragmentadas sugerem. A segunda é que há considerável evidência, examinada no artigo-resumo escrito por Cornia, de defasagens temporais entre o choque produzido pelos cortes financeiros e suas consequências nos serviços para as crianças e sua saúde. Portanto, os piores resultados dessa recessão talvez não tenham sido sentidos. A terceira consideração é que, enquanto o nível de compreensão a respeito

da saúde e o provimento de serviços básicos sociais aumentaram, em alguns países, até o ponto em que contratempos temporários não alteram os ganhos em termos de taxa de mortalidade infantil, o fim da recessão atual, por si só, não eliminará os problemas estruturais perturbadores da economia mundial, como também das nacionais, que contribuem para a pobreza das crianças e humana em geral. A análise no artigo de Raj demonstra que as causas maiores, responsáveis pela recessão atual, têm profundas raízes, muito mais profundas do que a eficácia de algumas medidas tomadas até o presente momento. Em outras palavras: para crianças de famílias empobrecidas, o fim da recessão, por si só, não será suficiente. Mudanças estruturais e novo impulso no desenvolvimento, a longo prazo, são vitais.

3. Reações Limitadas

Por que estas consequências humanas da recessão receberam tão pouca ênfase até agora? Uma resposta parcial é que a evidência internacional do impacto, por enquanto, é limitada — e que uma parte deste indício é um desenvolvimento do risco das crianças morrerem e não um aumento comprovado nas taxas de mortalidade infantil. Uma segunda pista que poderá ajudar a explicar o porquê de as consequências humanas na recessão terem sido tão pouco enfatizadas é sugerida por uma comparação com a década de 30. A existência de sistemas de segurança e bem-estar social reduziram as consequências humanas do desemprego e da recessão nos países industrializados (apesar da redução nos gastos públicos e outras mudanças na política comum). A população de um país desenvolvido tem sido protegida de muitas das consequências pessoais e econômicas de seu próprio desemprego e da recessão, e, por isso, é menos sensível aos impactos da recessão sobre países em desenvolvimento.

Obviamente, na maioria dos países em desenvolvimento existem poucos arranjos

institucionais para proteger o povo contra as conseqüências da recessão e do desemprego, para não falar da inflação, redução na renda, baixos preços agrícolas, reduções nos serviços governamentais e outras deficiências. Assim, estas dificuldades econômicas ocorrem mais vezes em países pobres do que em países industrializados.

Essa diferença talvez seja significativa para explicar parte da falta de protesto e de resposta políticos. Em países industrializados, a reação política diante do aumento do desemprego tem sido abafada por estes sistemas de segurança social que servem para proteger as pessoas de algumas de suas conseqüências. A reação nos países em desenvolvimento é abafada por limitações às maneiras e canais de protesto, como também por informações restritas a respeito das reações em curso. O resultado internacional é que têm havido pouco protesto, para não falar da apresentação de provas concretas, a respeito do impacto humano da recessão. A resposta limitada às demandas a longo prazo para a reforma econômica internacional (tais como as apresentadas no *Brandt Report*), pode talvez abafar a resolução e esforço dos que querem dar publicidade à situação e desenvolver uma ação corretiva, especialmente no clima político atual.

4. Prioridades para a Ação

O relatório principal do UNICEF aponta prioridades para a ação, enfatizando as maneiras pelas quais o processo de reajustamento econômico poderá ser ampliado para evitar conseqüências mais severas para as crianças, e ao mesmo tempo, dar impacto às medidas de desenvolvimento a longo prazo, que, a custo relativamente baixo, poderão mesmo melhorar a saúde e o bem-estar das crianças, apesar da recessão.

Ambos os tipos de ação são necessários, e a experiência em países sugere que quando ambos são combinados os benefícios podem ser substanciais e altamen-

te eficazes do ponto de vista monetário.

Dentro dos países existem necessidades e oportunidades para uma multiplicidade de ações em todos os níveis: de pessoas e suas famílias, funcionários e diretores nos serviços públicos de saúde, escolas e outros serviços comunitários, junto a líderes governamentais e não-governamentais, ao nível regional e ao nacional.

Porém, mudanças básicas de política e estratégia nacional e internacional são vitais, porquanto as conseqüentes reações nacionais e internacionais à recessão, da maneira como vêm sendo atualmente conduzidas, estão detendo e muitas vezes prejudicando as ações tendentes à recuperação a baixo custo, principalmente entre as camadas inferiores da população. Os lares são menos capacitados para resolver os problemas de suas próprias crianças, dado o declínio nos salários e emprego; a capacidade de reação positiva por parte das clínicas e escolas tem sido prejudicada pelas reduções nos seus orçamentos sem reestruturação da política geral. Até a produtividade, ao nível local, foi muitas vezes prejudicada, como subproduto da política nacional. Isso, apesar da evidência ampla para a criação e incremento, no mercado interno, de um número maior de pequenos empregos, economia de capital, e baixa utilização de recursos financeiros necessários às transações com o exterior — tendo como resultado a transmissão de tais restrições para o plano internacional, que passa a absorver a recessão e o que atinge a todas as economias, mesmo as maiores e mais auto-suficientes.

5. Uma necessidade: Aproximação mais Ampla ao Processo de Ajustamento

A tendência entre os governos, em face da recessão, de reduzir gastos ligados ao bem-estar da criança provém de muitas fontes, tanto domésticas quanto internacionais. Porém, a influência internacional é freqüentemente crucial, especialmente

quando conjugada às negociações com o FMI ou com empréstimos internacionais. Esta influência internacional pode ser sentida sob várias formas e graus de intensidade: como uma condição explícita em um acordo, como o conselho técnico de peritos internacionais ou através de sua sabedoria ortodoxa, transmitida em contatos informais, tais como seus cursos sobre estratégias de desenvolvimento a serem seguidas.

O ponto de partida para a mudança é a adoção de estratégia mais abrangente para a promoção da política de ajustamento, em níveis nacionais e internacionais. O problema não é o ajustar, mas sim como ajustar. Na maioria dos países em desenvolvimento, as pressões inflacionárias e os aumentos de gastos militares têm sido uma fonte importante de pressão para que se promova o ajustamento, porém outros motivos têm influenciado, especialmente o declínio nas rendas de exportação e a elevação dos custos das importações. Na África o aperto ficou mais exacerbado pelo declínio, a longo prazo, em muitas de suas economias, e, na América Latina, pelos requisitos do crescente serviço da dívida. Qualquer que seja o caso específico, gastos governamentais foram reduzidos e, pelos motivos acima expostos, estas reduções afetaram desproporcionalmente os setores sociais ligados às crianças. Algum tipo de ajustamento na redução dos recursos provenientes do exterior e nos orçamentos governamentais é inevitável para todos os países, excluindo os maiores e mais ricos (onde o ajustamento, quando adotado, muitas vezes reflete mais uma escolha doméstica de política do que uma necessidade internacional).

Uma estratégia mais ampla para o processo de ajustamento compreenderia cinco elementos:

1. Em primeiro lugar, a admissão clara da importância da manutenção de um nível mínimo de nutrição, de renda do-

méstica (em dinheiro ou espécie) e serviços básicos para todas as faixas etárias como medida destinada a proteger e manter a produtividade e bem-estar da população como um todo.

2. Em segundo lugar, a criação ou manutenção de uma rede de serviços básicos e de apoio às crianças de mais tenra idade, à mais vulnerável parcela da população, todavia a mais importante para o futuro de um país e, na maioria dos aspectos, uma das menos dispendiosas para proteger.

3. Em terceiro lugar, reestruturação séria no interior da "saúde", instrução e serviços sociais correlatos, com o objetivo de obter o máximo retorno para os gastos efetuados, bem como uma eficiência interna no provisionamento destes serviços. Esta reestruturação deveria incluir uma revisão severa das maneiras de economizar suprimentos importados e utilização maior dos recursos locais nas áreas de saúde, instrução e outros serviços. Há também necessidade de examinar as dimensões, a longo prazo, do ajustamento, a fim de assegurar um modelo de reestruturação econômica capaz de sustentar esses serviços utilizando recursos domésticos.

4. Em quarto lugar, a necessidade de maior confiança na ação comunitária, que utiliza em maior escala recursos locais e de baixo custo e, em menor escala, suprimentos importados e de alto custo. Uma vez dito isto, precauções deverão ser tomadas para evitar a utilização demasiada dos benefícios da ação comunitária. Se as comunidades pobres forem obrigadas a contar apenas com seus próprios recursos para fornecimento dos serviços, ao mesmo tempo em que comunidades mais ricas recebem subsídios, não haverá resposta entusiástica. Em contraste, a combinação de ação comunitária com recursos governamentais comprovadamente tem sido altamente produtiva, assim como o uso da produção do setor informal.

5. Finalmente, maior preocupação com a distribuição da renda, e não menor — especialmente na partilha das obrigações para o ajuste econômico e cortes de verbas. Os argumentos que defendem isso são fortes e seguem os princípios elementares da economia voltada para o bem-estar social. Estes são reforçados pelos argumentos de redução do intercâmbio com o exterior e aumento da taxa de emprego, uma vez que ambos em geral favoreceriam maior participação no ajustamento.

Estes cinco pontos poderiam acrescentar para um interesse mais consciente com as dimensões de longo prazo dos ajustes e ajudariam para criar um modelo de reestruturação capaz de sustentar os serviços descritos acima utilizando recursos domésticos a médio prazo.

6. Saúde e Sobrevivência da Criança

Como exemplo específico da abordagem descrita acima, o UNICEF está promovendo um conjunto de ações altamente eficazes, porém de baixo custo, na área da assistência maternal e infantil. A evidência sugere que estas ações trazem substancial incremento à sobrevivência e desenvolvimento das crianças e bebês, apesar da recessão. Incluem ações dentro e além do setor de saúde, para atacar as causas principais da mortalidade infantil, que são:

1. Terapia oral de reidratação — um método simples e econômico de evitar a desidratação causada por infecções diarreicas que, com um número de pequenas vítimas, estimado em cinco milhões por ano, é a maior causa da mortalidade infantil no mundo moderno.

2. Expansão imunológica — utilizando vacinas recém-melhoradas na prevenção das seis maiores doenças infecciosas das crianças: rubéola, tétano, coqueluche, difteria, poliomielite e tuberculose, que matam, de acordo com as estimativas, outros tantos cinco milhões de crianças por ano,

e alejam em igual proporção.

3. A promoção de hábitos de amamentação e melhorias nos hábitos de desamamentar.

4. Controle de crescimento — a utilização de gráficos de controle de crescimento das crianças como parte de sistemas comunitários, destinados à promoção de melhores padrões de saúde e nutrição, através da pesagem regular das crianças, com a disponibilidade de aconselhamento e apoio terapêutico para as crianças que não tenham progresso satisfatório.

Obviamente esta listagem de ações não é necessária em cada país ou comunidade. As causas básicas da mortalidade e morbidez precisam de identificação e ataque. Nem devemos imaginar que cada causa pode ser isolada separadamente. A mortalidade infantil, em países em desenvolvimento, é o resultado de uma interação entre nutrição fraca e infecção por doenças, nas quais causas múltiplas estão envolvidas, muitas vezes através de longo período de tempo. Uma vez que as ações, no contexto dos cuidados primários de saúde, seriam também sinérgicas, estas atacariam as principais causas interativas da mortalidade infantil. Assim, estima-se que exista a possibilidade de reduzir a mortalidade infantil de um terço a meio por cento, nos países em desenvolvimento, em um período de aproximadamente dez anos.

O argumento econômico é que ações prioritárias somente são monetariamente viáveis quando o custo da implantação das mesmas dentro de um Programa Básico de Saúde não é grande, quando comparado aos orçamentos destinados à saúde na maioria dos países. É necessário apoio vital em termos de informação e motivação — porém isto não precisa ser dispendioso se puder ser utilizada a capacidade já existente no rádio e na televisão dirigida nesta direção e se as organizações governamentais e não-governamentais (igrejas, organi-

zações de jovens, associações femininas, partidos políticos e sistemas escolares) também participarem.

Portanto, apesar da recessão, tais ações são viáveis, bastando que o reajustamento

e a reestruturação, em resposta às necessidades resultantes da recessão, tenham assegurados os recursos monetários para a implantação da referida ação, sendo os mesmos mantidos ou providenciados.